

## Carta da XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

Mais de 7 mil municipalistas brasileiros reuniram-se em Brasília/DF, nos dias 15 a 18 de maio de 2017, para a XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Um encontro histórico marcado por reivindicações da pauta na Comissão Geral realizada na Câmara dos Deputados, pela inauguração da sede própria da CNM e pela presença da delegação da Federação Latino Americana de Cidades, Municípios e Associações – FLACMA no primeiro Congresso Internacional Municipalista.

Cooperação Técnica assinada com a Caixa Econômica Federal proporcionou o uso de base de dados para a elaboração de diagnóstico por município entregue aos gestores no início dos mandatos. Com o Serviço Federal de Processamento de Dados, parceria foi firmada para apoio a inovação do municipalismo brasileiro. Junto à União Europeia, a CNM aderiu ao Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e a Energia, com a responsabilidade de engajar toda América Latina na maior coalizão de líderes locais pela ação climática. Ainda no âmbito internacional, acordo de cooperação foi firmado com o Congresso de Intendentes para apoio a região da fronteira entre Brasil e Uruguai. A parceria com o Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento reafirmou o compromisso de acompanhar os avanços dos municípios brasileiros nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por meio da mandala com 17 indicadores.

A criação do Movimento Mulheres Municipalistas foi momento auge desta edição, com a presença de mulheres líderes da política brasileira e organismos internacionais. Idealizado pela primeira dama da CNM, Sra. Tânia Ziulkoski e tendo como primeira signatária a Sra. Dalva Cristofoletti, fundadora da CNM.

A marcha trouxe, mais uma vez, os holofotes sobre a Pauta de Reivindicações do movimento municipalista, com destaque para o endividamento dos Municípios com a previdência e a do veto à Lei Complementar 157/2016, que trata do ISS sobre cartões de crédito, leasing, planos de saúde e construção civil.

Pauta esta que foi apresentada ao Presidente da República, Michel Temer, ao Presidente do Senado Federal, Senador Eunício Oliveira, ao Presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia, além de centenas de parlamentares e do Governador de Pernambuco que compareceram ao evento. A Marcha, como expressão maior de diálogo federativo brasileiro, pode ser evidenciada na cerimônia da abertura com a convocação pelo Presidente da República de 18 Ministros de Estado. Neste ato, foi assinado a Medida Provisória que permite o parcelamento dos débitos previdenciários dos municípios em até 200 meses, com 80% de desconto nos juros, 25% na mora e na correção monetária sendo estas as melhores condições dos últimos 20 anos.

O Senador Eunício Oliveira, por sua vez, convocou o Congresso Nacional para sessão conjunta do parlamento para apreciar o veto às alterações do ISS que os municipalistas lutaram ainda com mais força para derrubada.

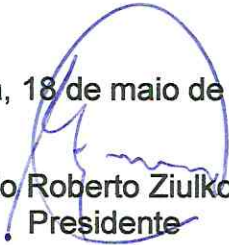
Foi debatido na Marcha o combate à judicialização, onde definiu-se o entendimento de que o combate a esse fenômeno deve se dar pela atuação sistêmica dos Municípios e do Poder Judiciário, pela formação de comitês locais e estaduais - em consonância com a Resolução CNJ 238/2016. Para tanto a CNM defende o planejamento e gestão sistêmicos (PGS) no intuito de desenvolver redes de cooperação para reduzir e qualificar a judicialização das Políticas Públicas. Como forma de tornar esses Comitês locais permanentes, a CNM privilegiará a construção de termo de cooperação nacional, o qual terá como principais signatários as instituições do Poder Judiciário, Estados, Municípios e Entidades parceiras dos Termos estaduais existentes.

Outros pontos altos do movimento político foram a assinatura do requerimento de criação da Frente Parlamentar Municipalista, proposta pelo Deputado Herculano Passos e também o debate com o Ministro da Fazenda Henrique Meireles, com o Secretário Nacional de Previdência e com representante do Ministério do Planejamento, bem como com os Deputados Luiz Carlos Haully e Arthur Maia sobre as Reformas Tributária e Previdenciária no painel que batizou a marcha: O Brasil em Reformas.

A marcha foi concluída com ato de valorização do legislativo local promovendo a integração do Poder Legislativo com a pauta municipalista no fórum de vereadores. Reafirmado ainda a Carta de Brasília firmada no 3º Encontro Brasileiro das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial que tem como objetivo a criação de um grupo interministerial para elaborar a Política Nacional de Gestão do Patrimônio Mundial. Os gestores municipais declararam ainda o compromisso com um governo transparente na presença do Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União sobre a Integração dos Sistemas de Controle Externo e Interno.

Todos esses fatos aqui relatados, demonstram a unidade do movimento municipalista e as conquistas dessa grande marcha, a força dessa união.

Brasília, 18 de maio de 2017.



Paulo Roberto Ziulkoski  
Presidente